N. 262.—GUERRA.—EM 10 DE AGOSTO DE 1871.

Declara que aos operarios militares do Arsenal de Guerra da Corte não são extensivas as disposições que regulam o abono de premio ás praças engajadas do exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 10 de Agosto de 1871.

Tendo Vm. remettido, com os seus officios de 30 de Março e 31 de Maio do corrente anno sob n.^{os} 63 e 122, os requerimentos dos operarios militares desse Arsenal de Guerra Manoel Pedro da Fonseca e Francisco Joaquim das Chagas, que pedem ser reengajados por mais seis annos, fazendo diversas considerações quanto ao premio que lhes possa competir por esse novo engajamento: declaro a Vm., para seu conhecimento e fins convenientes, que podem os ditos operarios ser reengajados, mas não com o premio que em tal caso compete ás praças do exercito, porquanto já por Aviso de 14 de Setembro do anno passado se explicou que, não fazendo parte do quadro do exercito as companhias de operarios militares, não lhes são extensivas as disposições que regulam o abono de premio ás praças engajadas no mesmo exercito, e esta regra se deverá observar de futuro.

Deus Guarde a Vm.—*Domingos José Nogueira Jaguaribe*.—Sr. Ayres Antonio de Moraes Ancora.

N. 263.—GUERRA.—EM 10 DE AGOSTO DE 1871.

Declara que os aprendizes artilheiros que, tendo concluido os seus estudos forem empregados no respectivo deposito por bem do serviço, devem ser considerados no caso dos effectivamente transferidos para os corpos da arma.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 10 de Agosto de 1871.

Em solução ao officio datado de 31 de Março ultimo, em que esse Commando geral submetteu á consideração